



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

## Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Viticultura, Vinhos e Derivados			
Título:	Reunião Ordinária N. 33			
Local:	Bento Gonçalves - RS			
Data da reunião:	09/04/2014	Hora de início:	08:30	Hora de encerramento: 13:00

## Pauta da Reunião

1. 8:30 Abertura da reunião e Aprovação da Ata da 32ª Reunião Ordinária
2. 8:45 Avisos e informações da Presidência e Secretaria da Câmara
  - Calendário de reuniões – ano de 2014
  - Assuntos tratados na reunião anterior – Lista de Encaminhamentos
  - Quadro de Frequência dos Membros da Câmara
3. 9:00 Inclusão do setor vitivinícola nas linhas de crédito para financiamento de armazenagem - IBRAVIN
4. 9:30 Revisão das Portarias do MAPA nº 1012/1978 e nº 270/1988 (e outras, afins) que da aprovam Normas e Padrões de Qualidade para classificação e comercialização da uva destinada a fins industriais - IBRAVIN
5. 10:00 Continuidade dos instrumentos de regulação de estoque, principalmente na forma de Prêmio de Escoamento da Produção (PEP) - IBRAVIN
6. 10:30 Inclusão do setor Vitivinícola no Simples Nacional - Encaminhamentos - IBRAVIN
7. 11:00 Regulamentação da legislação que tipifica o vinho produzido por Agricultor Familiar ou Empreendedor Familiar Rural - IBRAVIN
8. 11:30 Safra da uva 2014: (Volume de produção de uva, vinho e suco, grau médio da uva, cumprimento do preço mínimo, prazo de pagamento, etc.) – Olir Schiavenin, da CIV
9. 12:00 Leilões de escoamento da produção – Gilberto Pedrucci, do Sindivinho-RS
10. 12:30 Assuntos Gerais
11. 13:00 Encerramento

## Lista de Participantes



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	MARCONI LOPES DE ALBUQUERQUE		PR	
2	MARCONI LOPES DE ALBUQUERQUE	CGAC/SE/MAPA	PR	
3	Raquel de Almeida Salgado	ABBA	PR	
4	Luciano Vian	ABE	PR	
5	José Augusto Rodrigues da Silva	ABRABE	PR	
6	Eduardo Caldas	APEX-BRASIL	PR	
7	Olivier Schiavenin	CIU	PR	
8	RINALDO DAL PIZZOL	CNA	PR	
9	José Fernando da Silva Protas	EMBRAPA	PR	
10	Helio Luiz Marchioro	FECOVINHO	PR	
11	Ítalo Francisco Bertoli	FIEMG	PR	
12	Heloisa Bertoli	FIEMG	PR	
13	CARLOS RAIMUNDO PAVIANI	IBRAVIN	PR	
14	ALCEU DALLE MOLLE	OCB	PR	
15	Celso Panceri	SINDIVINHO/SC	PR	
16	Humberto Cereser	SINDIVINHOS	PR	
17	JOAO ANTONIO FAGUNDES SALOMAO	SPA/MAPA	PR	
18	Márcio Milan	ABRAS	PR	
19	Liliam Santos	GS1 Brasil	PR	
20	Jorge Luiz Hoffmann	SEAPA/RS	PR	
21	Claudio José de Góes	SINDUSVINHO	PR	
22	Rogério Beltrame	AGAVI	CO	
23	Mario Sergio Cardoso	ASBRASUCO	CO	
24	Ana Rita Lopes Faria	CONAB	CO	
25	Moacir Mozzarolo	IBRAVIN	CO	
26	Carlos Teixeira	SDA/MAPA	CO	
27	Juliano Simione	SDC/MAPA	CO	
28	Sylvia C. Pinheiro	SEBRAE	CO	
29	Carlos Alberto Trevisan	SINDIVINHO/SC	CO	
30	Gilberto Pedrucci	SINDIVINHOS	CO	

PR - presente / CO - convidado

## Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata:	Sim
Desenvolvimento	

### 1. Abertura da reunião e aprovação da Ata da 33ª Reunião Ordinária

Marconi Lopes de Albuquerque fez a abertura da reunião dando as boas vindas aos participantes. Informou que foi feita uma visita técnica muito proveitosa no dia anterior e passou a palavra ao Carlos Raimundo Paviani, em virtude da ausência do Presidente, Sr. Arnaldo Passarin, por motivos de saúde. Paviani deu as boas vindas e informou sobre o evento *Brasil Alimenta – Tecnologia para Indústria e Processamento de Alimentos* que está acontecendo, relacionado ao setor de bebidas, sugerindo aos participantes que ainda não visitaram, que o fizesse e concluiu dizendo esperar que a reunião pudesse ser produtiva. Marconi leu a carta enviada pelo Sr. José Carlos Estefenon, a qual informou a participação do



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Sr. Mário Sérgio Cardoso, representando a Asbrasuco. Também registou a presença de três secretarias do Ministério.

## **2. Avisos e informações da Presidência e Secretaria da Câmara**

Como de praxe, antes de cada reunião passa-se a ata da última reunião para aprovação e assinatura dos presentes. Marconi também informou que as próximas reuniões da Câmara Setorial acontecerão em Brasília nos dias 26 de agosto e 06 de novembro de 2014.

Apresentou um quadro de frequência dos membros da Câmara, como é hábito, em toda a primeira reunião de cada ano, para que os presentes resolvessem o que deveria ser feito com os que nunca participaram das reuniões. Definiu-se, com a concordância de todos, que a Câmara Setorial deverá enviar uma correspondência para a ACAVITIS alertando sobre a necessidade de participação e sugerindo para que se faça representar nas próximas reuniões.

## **3. Inclusão do setor vitivinícola nas linhas de crédito para financiamento de armazenagem - IBRAVIN**

Paviani informou que existe um programa governamental para financiamento de armazenagem, chamado de Programa de Construção e Ampliação de Armazéns (PCA). O objetivo dessa linha de crédito operada pelo BNDES é apoiar investimentos necessários para ampliar a capacidade de armazenagem, por meio da construção e ampliação de armazéns, que faz parte do Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014. Salientou que o que não está claro é a questão das agroindústrias. Fez uma breve leitura do documento, contemplando os objetivos, clientes, itens financiáveis, forma de apoio, condições financeiras, taxas de juros, prazos, garantias, entre outros. Os itens financiáveis são individuais ou coletivos vinculados aos objetivos desse programa; a forma de financiamento pode ser direta via BNDES ou indireta automática e mista. A participação do BNDES é de até 100% do valor do projeto. O prazo é 15 anos, com três de carência e a taxa é de 3,5% anual. A vigência é de até 30 de junho e o encaminhamento deve ser feito via BNDES ou outras instituições. Em resumo é uma linha de crédito muito interessante, mas o que não está claro é se o setor vitivinícola poderá participar, pois ela é voltada principalmente para armazenagem de grãos. João Antonio Fagundes Salomão, da Secretaria de Política Agrícola do MAPA, explicou que esta linha de crédito está direcionada à produtores e cooperativas, e que a agroindústria não pode ser contemplada nesta linha. Ele sugeriu que o setor busque o enquadramento idêntico ao do PSI Cerealista, que está em 4,5 a 6,5%. Cláudio José Góes questionou sobre a diferenciação de investimentos para culturas de campo, onde os investimentos são para porte médio ou superior, para a implantação de vinhedos, para a cultura da videira. Salomão informou que no âmbito do Plano Agrícola há financiamentos específicos para a agricultura familiar. Excluindo a Agricultura Familiar existe o programa Pronamp que tem taxa de juros 4,5%, com carência de até 12 anos e além desses existe o Moderagro. Com relação ao Pronamp, há necessidade de enquadramento do produtor, com as exigências estabelecidas no programa. Góes informou que o setor acha pouco para uma questão de investimento no setor da uva. Salomão informou que já estão fazendo as discussões das propostas do próximo Plano Agrícola que passa a vigorar a partir de julho. Por isso deve-se fazer as propostas e encaminhar para a verificação de onde poderão ser encaixadas. Resumidamente, o PCA não serve para a agroindústria, pois esta não é beneficiária, assim, alguma proposta ao setor vitivinícola deve-se encaminhar via o PSI Cerealista. O entendimento que se tem é que a cooperativa é uma extensão do produtor rural. Os beneficiários do Plano Agrícola são produtores e cooperativas. Concluindo este assunto, Paviani sugeriu que em agosto, na próxima reunião da Câmara Setorial seja apresentado por parte do MAPA o Plano Agrícola e Pecuário 2014/2015 a ser lançado no mês



de junho, para disseminação da informação e, além disso, sugeriu que todos acessem o site do MAPA para fazer o download do documento. Também é importante fazer um encaminhamento à Secretaria de Política Agrícola de um documento solicitando estender os financiamentos para armazenagem às agroindústrias que trabalham com produtos processados, se for de concordância nesta câmara.

#### **4. Revisão das Portarias do MAPA nº 1012/1978 e nº 270/1988 (e outras, afins) que aprovam Normas e Padrões de Qualidade para classificação e comercialização da uva destinada a fins industriais – IBRAVIN (Anexos).**

Paviani informou que ao final de 2012 as entidades representativas dos produtores, cooperativas e indústrias fizeram um Acordo Setorial para a qualificação da matéria prima, e, principalmente, com metas específicas de aumento da graduação glucométrica das uvas e a consequente redução da chaptalização. No acordo, algumas variedades aumentariam de meio em meio grau a cada ano, sendo necessário realizar adequações à tabela de preços mínimos publicada pela Conab, que atualmente não contempla a variação a cada meio grau de açúcar. Relatou também o evento realizado no dia 27 de fevereiro de 2014, onde estiveram presentes representantes de diversos ministérios. O resultado deste encontro apontou para a necessidade de revisão das portarias que tratam das Normas e Padrões de Qualidade da Uva para Processamento, as quais devem ser encaminhadas aos órgãos competentes para Consulta Pública e publicação. As portarias que tratam de padrões para a uva industrial têm função técnica e econômica muito importante, pois é partir delas que se estabelece o valor da matéria prima para pagamento ao produtor, de acordo com sua aptidão enológica e qualidade medida pelo grau glucométrico. Informou que foram realizadas duas reuniões no Rio Grande do Sul para discussão da Portaria 1.012 e que o que estava sendo projetado era resultado destes dois encontros. Paviani procedeu com a leitura das sugestões de alteração da portaria. Informou que a tabela classificatória das uvas foi ampliada com base no cadastro vitivinícola. Comentou todos os artigos da portaria e todas as sugestões originadas dos dois encontros. Explicou como é constituído os valores com base na cultivar Isabel de 15°, a partir do qual os ajustes se dão vertical e horizontalmente, em linhas ou colunas. Finalizou informando que, de acordo com o novo Decreto, há necessidade de o MAPA determinar, de acordo com as condições climáticas, a possibilidade de ampliação da chaptalização. Para tanto, o setor sugere criar um comitê técnico de avaliação permanente da safra. Este comitê se reuniria quinzenalmente e seria formado por cinco membros: um representante do Ministério da Agricultura, um representante da Secretaria Estadual de Agricultura, um de entidade de pesquisa (no caso do Rio Grande do Sul sugere-se a Embrapa Uva e Vinho) e dois técnicos representantes do setor produtivo, podendo ser um enólogo e um engenheiro agrônomo. Também fez a leitura das sugestões enviadas por Plínio Manosso, chefe da Divisão de Enologia da SEAPA/RS, que propõe a descrição de novas metodologias para a leitura da graduação da uva no momento de entrega nas empresas vinícolas e sugere ainda que para a próxima safra se faça um estudo da compatibilidade dos equipamentos. Darci Dani, diretor Executivo da Agavi, sugeriu que a mesma portaria obrigue às empresas vinícolas a aquisição de uvas apenas de produtores que realizam o cadastro vitícola anualmente, conforme portaria que já obriga os produtores do Rio Grande do Sul ao cadastramento. Representante do MAPA informou que esta exigência é ilegal, pois o ministério não tem como fiscalizar apenas um Estado, com isso sugeriu que nesta portaria que irá regularizar os PIQs das uvas, seja incluído que no Brasil as indústrias vinícolas que forem vinificar teriam que comprar uva de produtor cadastrado no cadastro vitícola, o que é totalmente possível atualmente, assim sugere-se que



vários assuntos estejam contemplados em apenas um documento. Olir Schiavenin colocou sua posição com relação ao descontentamento por parte dos produtores com relação à leitura da graduação do mosto e da uva. Disse que deveria ser estabelecida uma regra para que todos pudessem seguir. Luciano Vian, presidente da Associação Brasileira de Enologia manifestou-se informando que se o mosto apresentar graduação inferior significa que já está fermentando. José Fernando da Silva Protas informou que no plano operacional não é tão simples estabelecer regras. Carlos Alberto do MAPA informou que a revisão das portarias está no âmbito da área de produção vegetal e que será feita uma consulta pública e finalizada esta etapa será publicada uma Instrução Normativa. Com relação à chaptalização, o decreto novo tem vários artigos que necessitam de regulamentação e esta é uma das questões. Ana Freddo da Conab comentou que a tabela não segue a portaria, e que está totalmente remendada, por isso justificou a necessidade de sua revisão. Assim a Conab pede urgência para que esta portaria seja revista e publicada através de Instrução Normativa. Juliano do MAPA/SC disse que a proposta é bem interessante no sentido de estabelecer uma nova relação entre o produtor e a indústria. Para qualificação da atividade, o MAPA tem a finalidade de fiscalização e hoje se percebe que a uva não está sã, fresca e madura, como consta na lei, incluindo podridão e presenças de diversos elementos como insetos, pedras, folhas, etc., e conclui dizendo que o grau babo é uma questão a ser analisada, mas não é a única necessidade. Salomão complementou dizendo que se quisermos cobrar alguma coisa, esta deve estar escrita, e com isso o fiscal poderá fiscalizar. Assim, dentro do contexto do Modervitis deve estabelecer critérios que estabeleçam como o Ministério deverá atuar. Paviani comentou que o José Fernando Werlang, do SIPOV do RS, sugere que as regras a serem criadas possam ser cumpridas, por isso é importante deixar apenas que pode ser cumprido e fiscalizado. Paviani acredita que a inclusão do Cadastro Vitícola deve ser obrigatória em todo o Brasil. Gilberto Pedrucci deixou claro que a indústria não tem interesse em receber uva de péssima qualidade e que a responsabilidade de obtenção de uva de qualidade é de todos, ou seja, inicia no produtor e termina na indústria, deixando claro que a empresa tem interesse em receber uva sã, fresca e madura. Assim a proposta será enviada para a Coordenação de Qualidade Vegetal, que pertence à DIPOV e que é importante que se tenha essa regra pronta ao final do ano para que a mesma já possa ser aplicada na próxima safra, com a consequente atualização do Manual de Operação Comerciais (MOC) da Conab.

## 5. Continuidade dos instrumentos de regulação de estoque, principalmente na forma de Prêmio de Escoamento da Produção (PEP) - IBRAVIN

Paviani informou que o setor procedeu com pesquisa junto às vinícolas e está com a minuta do ofício pronta para o encaminhamento ao MAPA, MDA e Conab para efeitos de política de equalização dos estoques. Relatou que para comercialização existem disponíveis três milhões de litros de vinho de mesa branco; quatro milhões de litros de vinho de mesa tinto; dois milhões de litros de vinho vinífera branco; dois milhões de litros de vinho vinífera tinto e um milhão de quilogramas de suco concentrado e para destilação: quatro milhões de litros de vinho vinífera e nove milhões de litros de vinho de mesa, sendo vinte e quatro milhões de litros de vinho e um milhão de quilos de suco. Assim entende que seria importante que o Ministério viabilizasse o escoamento através de PEP e, principalmente através de PEP, permitindo as agroindústrias vinícolas também participar, não apenas as cooperativas. Hélio comentou sobre a subvenção que ocorre na comunidade europeia com relação ao escoamento de produção e informou que muitas vinícolas não responderam ao questionamento por não saberem qual o valor a ser disponibilizado para esta operação. Informou ainda que em discussão com o



Salomão questionou-se a forma de como as empresas poderiam acessar o PEPRO, mas não percebe como até o momento isso poderia ser viabilizado, assim pede ao Salomão para se manifestar a respeito, esclarecendo aos participantes. Salomão informou que estarão disponibilizados em torno de 30 milhões, divididos em 50% oriundos do orçamento do MAPA e 50% do MDA, para a agricultura familiar. A regra geral para o cálculo é o preço mínimo menos o preço de mercado mais custo de escoamento, ou seja, o preço mínimo deve ser abaixo do preço de mercado para que a fórmula funcione. O mecanismo de proteção do produtor rural é o PEPRO e o outro mecanismo é via financiamento. Não foi feito PEP no ano passado porque é necessário fazer mudança no regulamento, visto que algumas cooperativas de outros setores agrícolas receberam o recurso e não conseguiram comprovar que o benefício chegou ao produtor. Ele ressalvou que existe a possibilidade de PEPRO e PEP dentro da portaria. A questão da participação da indústria no PEPRO é mais complexa, e neste não é possível. Assim, estão à disposição para discussão, seja no RS ou em DF, tanto o MAPA, quanto o MDA e a CONAB. Ana da CONAB informou que nos cinco leilões operacionalizados pelo PEPRO em 2013, tem uma cláusula onde diz que a Conab deve ter acesso ao Cadastro Vitivinícola, assim a CONAB encaminhou à Embrapa um pedido de acesso ao Cadastro Vitivinícola, porque é exigência do setor para acesso a este cadastro. Protas explicou sobre a coordenação do cadastro vitícola e ficou de verificar esta questão. Paviani esclareceu que a CONAB precisa ter acesso a informações dos produtores individualmente, ou seja, informações do Cadastro Vitícola, pois a política de escoamento se embasa por estas informações, cuja declaração é informada pela vinícola, assim a Conab pode certificar-se da informação. Gilberto Pedrucci informou que o Sindivinho entende que há neste momento a impossibilidade de participação das indústrias no escoamento da produção, mas também destaca que é importante que as indústrias também possam ser contempladas. Reforçou que seja feito o escoamento através da destilação que também tem importância.

#### **6. Inclusão do setor vitivinícola no Simples Nacional – Encaminhamentos – IBRAVIN**

Paviani relatou que no ano anterior ocorreram vários encontros para discutir sobre o Simples Nacional e que o Ibravin participou das duas audiências públicas, uma em Porto Alegre e uma em Brasília, solicitando a inclusão do setor vitivinícola no Simples Nacional. Sustentou que o que deve determinar a inclusão ou exclusão das empresas no Simples é o faturamento e não o produto que ela elabora. Explicou-se no documento enviado que temos uma concorrência interna no país com empresas de vários países que contam com uma espécie de estimativa objetiva (outro tipo de tributação para diferenciação para micro e pequenas empresas). Último argumento a ser analisado é que 91% das empresas do RS se enquadrariam no Simples e em Santa Catarina, 95%. Apenas como informação, informou que nesta manhã Carlos Alberto Albuquerque do Ibraf estava em Brasília representando o setor vitivinícola, em uma seção especial da Câmara Federal demonstrando o interesse e solicitando a manutenção neste projeto de lei que altera o estatuto da micro e pequena empresa possibilitando ao setor vitivinícola participação.

#### **8. Safra da Uva 2014: (Volume de produção de uva, vinho e suco, grau médio da uva, cumprimento do preço mínimo, prazo de pagamento, etc.) - Olir Schiavenin – Coordenador da Comissão Interestadual da Uva.**

Olir Schiavenin informou que solicitou a inclusão deste assunto na pauta por entender ser de fundamental importância fazer uma revisão e rever os procedimentos, sem criar polêmica ou criticar alguém. O objetivo com isso é melhorar cada vez mais os procedimentos relacionados com o recebimento, a industrialização e a aferição de grau da uva. Fez uma apresentação



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

sobre a Safra da Uva 2014, mostrando números, comentou sobre a demora na definição do preço da uva. Destaca que não se pode passar por isso novamente, pois é desgastante para as entidades. Também não se pode deixar os caminhões esperando até 48 horas com as uvas para serem entregues na indústria. Deu parabéns ao setor pela iniciativa do Ibravin em revisar as portarias. Reivindicou que as empresas devem conversar com os produtores, visto que as conversas só ocorrem entre vinícolas com fornecedores de cápsulas, rolhas, rótulos, menos com o produtor de uva. Em resumo, a grande maioria dos produtores está insatisfeita, a culpa é da atual conjuntura que vivemos, os jovens estão desestimulados, muitas áreas estão sendo erradicadas, falta definição de preços e prazos de pagamentos, ocorre dificuldade na contratação de mão de obra, além do preço elevado para pagar os funcionários. Propôs que os preços mínimos sejam estabelecidos até o dia 30 de outubro. Muitas das sugestões da Comissão da Uva já constam na proposta de alteração da Portaria, e conclui sugerindo ao MAPA uma penalidade às empresas que não cumpram o que está em lei, relativamente à entrega das uvas, forma de leitura do grau, tempo de espera nos caminhões, entre outros e também que a lei seja cumprida pelos produtores. Comentou que em outros países do mundo as máquinas colhem a uva, sem separar folhas, insetos e afins, o produtor está consciente de que estamos lidando com alimento e estamos trabalhando com as Boas Práticas Agrícolas (BPAs), enfim, todas as entidades estão cientes disso. Deu andamento mostrando os dados de produção, a graduação média apresentada pelas variedades. Apresentou números de uvas processadas no RS em milhões de kg, uvas processadas x comercializadas, finalizou mostrando os estoques, sendo que no ano de 2013 iniciou com 317 milhões de litros, e a tendência é de fechar o ano de 2014 com uma quantidade menor. Enfim, não existem apenas reclamações, também tem coisas boas, o governo sempre foi parceiro do setor que deve ter sustentabilidade e devemos trabalhar para isso.

## 9. Regulamentação de espumantes originários de uvas americanas (borbulhantes)

**Carlos Alberto – CGVB/Mapa**

Carlos Alberto do MAPA pediu para este assunto ser colocado na pauta porque existia um confronto entre o pessoal de SC e outras entidades com relação à nomenclatura. Com base nisso foi feita uma reunião e foi apresentada pelo Celso Panceri proposta para uma nova denominação, como vinho borbulhante, ele acredita que naquele momento a câmara concordou com a proposição. Baseado nisso preparou-se um processo de publicação de consulta pública, inclusive com a regulamentação. O setor queria que fosse mantida a denominação de espumante. Com isso o MAPA ficou numa situação constrangedora, e por isso propôs que o assunto entrasse em pauta. Assim, a câmara representando todo o setor poderá tomar uma decisão e subsidiar o MAPA para que ele possa fazer a defesa e para que SC possa ratificar sua proposta. Concluiu solicitando à Câmara o envio de um documento ao MAPA para que se tenha um respaldo importante para partir para a publicação da consulta pública. Protas disse que este tema é recorrente. Em 2005 o assunto foi colocado em pauta e criou-se um grupo com trabalho temporário. Foram feitas três reuniões, e é possível resgatar nos anais da câmara. Em resumo, ninguém assumiu posição alguma. A questão da fragilidade está na questão da lei. Outro aspecto a ser levado em consideração é que atualmente em SC tem-se a IG do Vinho Goethe, e se tem o espumante de uva Goethe, cujo produto está autorizado a ser certificado pelo INPI. Naquele momento as discussões foram exaustivas, mas não se chegou a avanço. O vinho top de Urussanga é o espumante, que atualmente está com um projeto, dentro do Recivitis, de melhoria de produção. O ideal seria chamar a diretoria do Pro-Goethe, para evitar uma situação de conflito político que inviabilize avançar. Concluiu



dizendo que deve-se trabalhar com o Sindivinho e com o Pro-Goethe. Carlos Alberto destacou que foi justamente por estas questões que se pensou em colocar este assunto em pauta para que não ocorram decisões obrigadas. Assim solicitou ao Celso Panceri que faça um levantamento das necessidades das vinícolas da região e que formatem em um documento a ser enviado à Câmara e esta por sua vez fará o envio ao MAPA, porém com o acordo de todos os participantes. Protas comentou que é importante que haja negociação por parte de todos os empresários envolvidos. Celso Panceri comentou que a discussão se arrasta por um bom tempo e que já foi mencionada essa expressão em alguma reunião da Câmara, comentando inclusive que o termo borbulhante já tinha sido apresentado, havendo concordância. Sabe-se que poderia haver outra nomenclatura, e querem resolver. Em assembleias feitas em SC, resultaram em atas, inclusive assinadas que poderão ser buscadas para que essa questão seja revista e propõe que se reúnam novamente. Comentou que podem ocorrer demandas isoladas e políticos na ansiedade de atender o seu eleitorado acabam buscando a solução. Informou que em SC tem-se a menor tributação do país e ainda tem gente que vai ao governador solicitar que sejam reduzidos os impostos. Protas informou que coordenou o grupo de trabalho e deve-se claramente ter o entendimento e a negociação com a Pro-Goethe, pois é necessário e possível haver uma negociação e este é o papel da Câmara Setorial. Carlos Alberto informou que o regulamento pronto não poderá ser alterado, assim é importante prevenir uma questão futura. Protas se dispôs a participar de uma discussão com a Pro-Goethe e trazer informações para a Câmara. Carlos Alberto dá sequencia com relação a portaria 153 que também contempla o envase móvel para vinhos. Assim, crê que será feito um encontro em DF e chamará todos os presentes para uma audiência pública. Na minuta se trata exclusivamente de vinhos, porque a área de bebidas disse que necessitava muito mais estudos para contemplar toda a área. Assim será envase móvel para vinhos, e em duas semanas terá uma data para a realização da audiência pública. Informou que na próxima reunião da Câmara será discutida uma questão sobre os padrões de identidade e qualidade para vinhos, pois o decreto foi publicado há três anos e assim considera importante que o mesmo passe por uma revisão. Com relação ao assunto anterior, Darcy Dani complementou informando que participou de quase todas as reuniões da câmara e disse que não lembra ter visto nenhuma minuta do vinho borbulhante, e pede para que seja repassado para análise.

#### **10. Assuntos Gerais**

Raquel Salgado retomou um tema já comentado sobre a entrada de vinhos no país. Informou sobre a reportagem do Didu Russo, mostrando a falha que o Brasil tem. Hoje é possível entrar no país com 32 garrafas, se colocarmos na ponta do lápis o que isso representa, isso é um dano para o importador legal, quanto para o produtor. O dano é grande ao setor vinícola, pois se paga impostos, 40 dias de armazenagem do produto no porto e perde-se com isso um mercado importante. Com esta informação, acha conveniente que a câmara busque ajuda junto à receita federal e pede que a câmara leve a serio este problema para que a receita volte a tratar este tema como antigamente, com duas garrafas liberadas, como é feito no mundo inteiro. Protas reforçou que o Ciro comentou que é freqüente a ida de pessoas para Miami e trazem para o Brasil produtos, o fato é que de fato as coisas perderam o controle. Hoffman comentou que na internet também tem o comercio de vinhos e não se sabe se tem controle disso tudo. Paviani propõe que seja feito via câmara a revisão junto à receita federal, de 12 litros/16 garrafas para a redução para duas garrafas/dois litros. Mudando de assunto, Celso Panceri questionou a Silvia do SEBRAE Nacional sobre a consultoria em gastronomia que está tendo uma demanda da copa, com indicações de produtos de origem dos jogadores, ou seja, o



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

vinho recomendado é o vinho dos países das delegações. Silvia informou que não tinha conhecimento sobre este assunto e se comprometeu em enviar ao Marconi o que de fato está acontecendo e encaminhar a proposta do SEBRAE, e se ainda for possível fazer alguma coisa, o SEBRAE fará e buscará auxílio para tal. Assim pode-se tentar reverter de alguma forma. Carlos Alberto questionou sobre o SICOB, se é obrigatório para a empresa, pois no ano passado um empresário de Minas Gerais telefonou ao MAPA informando que a Fazenda solicitou a construção do escritório de uma empresa, com internet banda larga e ar condicionado e a empresa declarou não ter condições de manter essa estrutura. Sabe-se que para a cachaça é obrigatória essa estrutura toda, mas para outros produtos desconhece-se. Ítalo da FIEMG pede ao MAPA que reveja a forma de autuação quando encontrado detrito dentro de uma garrafa de vinho branco. Para ele é importante fazer uma análise mais detalhada do que a simples visualização a olho nu, assim pede a revisão. Marconi agradeceu a participação de todos e passou a palavra ao Carlos Paviani, Diretor Executivo do Ibravin que informou sobre o funcionamento do Ibravin, o qual hoje é presidido por um representante dos produtores de uvas. Agradeceu presença de todas as entidades presentes e reforçou o convite para participarem do evento Brasil Alimenta – Tecnologia para indústria e processamento de alimentos que estará acontecendo até o dia 11 de abril de 2014.

## Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------

## Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------

## Dados da próxima reunião

Local:	
Data da reunião:	Hora de início:
Pauta da Reunião	

## Anexos

Arquivo	Descrição
---------	-----------